

Uma Mulher Indígena: notas sobre a participação de Sônia Guajajara nas eleições presidenciais de 2018

Una mujer indígena: notas sobre la participación de Sônia Guajajara en las elecciones presidenciales de 2018

An indigenous woman: notes on Sônia Guajajara's participation in the presidential elections of 2018

Ananda Louzeiro de Souza
Ana Shirley Penaforte Cardoso
Otacílio do Amaral Filho

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação da indígena Sônia Guajajara na condição de candidata à vice-presidente da República brasileira nas eleições de 2018. Usando a metodologia de comunicação, faremos uma análise por meio dos comentários extraídos do *Twitter*¹, no período de março a outubro de 2018, tendo como referência a mediatização da política nos ambientes digitais, observando a participação feminina nos processos eleitorais e políticos. À luz da teoria sobre intersecção de gênero de Crenshaw (2002) e da discussão sobre feminismo comunitário e decolonial de Celentani (2014), a proposta visa revelar que as discriminações sofridas por Sônia nas eleições são específicas das mulheres indígenas, no sentido de serem vistas a partir de um olhar colonizado e atravessado por ideais evolucionistas ultrapassados.

Palavras-chave: Sônia Guajajara. Mulher Indígena. Interseccionalidade. Participação Política Feminina.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo analizar la participación de la indígena Sônia Guajajara en la condición de candidata a la vicepresidencia de la República brasileña en las elecciones de 2018. Usando la metodología de comunicación, haremos un análisis a través de los comentarios extraídos de *Twitter*, en el período de marzo a octubre de 2018, teniendo como referencia la mediatización de la política en los ambientes digitales, observando la participación femenina en los procesos electorales y políticos. A la luz de la teoría sobre la intersección de género de Crenshaw (2002) y de la discusión sobre feminismo comunitario y decolonial de Celentani (2014), la propuesta pretende revelar que las discriminaciones sufridas por Sônia en las elecciones son específicas de las mujeres indígenas en el sentido de ser vistas desde una mirada colonizada y atravesada por ideales evolucionistas superados.

Palabras clave: Sônia Guajajara. Mujer Indígena. Interseccionalidad. Participación Política femenina.

Abstract: This research aims to analyze the indigenous Sônia Guajajara's participation as a candidate for vice presidency of the Brazilian Republic in the 2018 elections. Using the communication methodology, we will make an analysis of the comments extracted from *Twitter* from March to October of 2018, with reference to the politics mediatization in digital environments observing women's participation in electoral and political processes. Considering Crenshaw's (2002) gender intersection theory and Celentani's (2014) discussion of community and decolonial feminism, this proposal aims to reveal that the discrimination suffered by Sônia in the elections is specific to indigenous women, a colonized look crossed by outdated evolutionistic ideals.

Keywords: Sônia Guajajara. Indigenous Woman. Intersectionality. Women's Political Participation.

¹ Rede social e servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, em textos de até 140 caracteres.

Ananda Louzeiro de Souza – Graduanda em Comunicação Social-FACOM/UFPA. Bolsista de Iniciação Científica do Projeto de Pesquisa Espetáculos Políticos na Amazônia/CNPQ/UFPA. E-mail: anandalouzeiros@gmail.com

Ana Shirley Penaforte Cardoso – Doutoranda em Antropologia/UFPA. Professora Substituta da Faculdade de Comunicação da UFPA e professora da Faculdade de Estudos Avançados do Pará, FEAPA. E-mail: anaspenaforte@gmail.com

Otacílio do Amaral Filho – Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA. Professor da Faculdade de Comunicação-FACOM/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia. E-mail: otacilioamaralfilho@gmail.com

No Congresso Nacional, foi linha de frente contra uma série de projetos - como a PEC da Demarcação, PEC 215³, Proposta de Emenda Constitucional que inviabilizava a demarcação de terras indígenas - que ameaçavam os direitos indígenas e o meio ambiente. Desde o início dos anos 2000, Sônia Guajajara defende o território indígena como um lugar de existência, para o qual a vida dos rios, das plantas e das pessoas se concentra e se conecta para além de se pensar uma terra produtiva com fins capitalistas. Ela conquistou a confiança de lideranças indígenas que a apoiaram significativamente, especialmente, por ser ela considerada entre os indígenas como uma “parente”⁴. Participou de vários eventos políticos para discutir a situação dos povos indígenas brasileiros. Em agosto de 2017, por exemplo, esteve reunida na Terra Indígena Alto rio Guamá, TIARG, com lideranças de povos como Nara Baré, uma das maiores ativistas femininas do movimento indígena brasileiro, durante a XI Assembleia da COIAB, a fim de debaterem sobre o meio ambiente e sobre a vulnerabilidade das políticas indigenistas que se desenhavam no cenário nacional. Momento que usou para solidificar alianças e expor suas estratégias políticas em benefício dos povos indígenas no país.

Ganhou projeção internacional pela luta travada em nome dos direitos dos povos originários. Em 2018, ela aceitou o convite do Partido Socialismo e Liberdade, PSoL, para compor a chapa do partido e se tornar candidata à vice-presidência do Brasil.

A participação de Sônia Guajajara nas eleições brasileiras de 2018 foi atravessada por múltiplos fatores de discriminação que vão além das desigualdades de gênero, que a diferenciava apenas pelo fato de ser uma mulher indígena. Estas desigualdades podem ser fundamentadas em relações de poder e nas imposições do patriarcado⁵. Fatores relacionados à construção da imagem simbólica dos povos originários do Brasil colocam as mulheres indígenas, que desconsidera as singularidades dos povos e das mulheres indígenas em si. Esta forma de homogeneização pode ser um dos fatores que contribuem para uma dupla ou tripla posição de subalternidade, a saber: raça, gênero e classe. Esta discriminação se constitui como lógica da colonização em forma de violência sistêmica, condicionando a resistência dos povos subalternizados ao longo do tempo.

Neste artigo, analisamos como as intersecções entre gênero e discriminação de raça e classe fizeram parte do período de campanha eleitoral de Sônia Guajajara. Para isso, utilizamos como campo de pesquisa a rede social da internet *Twitter*. Partindo de uma metodologia quanti-qualitativa, para análise de comunicação, extraímos de uma postagem na rede social *Twitter* 50 comentários a respeito da candidatura de Sônia Guajajara à Vice-presidência da República. O primeiro “tuite” “#MeuRacistaSecreto” foi “tuitado” pela própria Sônia Guajajara no dia 1 de outubro de 2018. Esta postagem, assim como as seguintes, nos deu base para o início da construção do nosso corpus de análise e para continuarmos a pesquisa. Assim, reunimos vinte e sete (27) comentários. No segundo “tuite”, desta vez, tuitado pelo Portal de Notícias G1 no dia três de março de 2018, foram colhidos 23 comentários.

³ Com base em dados do site da FUNAI (2005), a PEC 215/00 propõe a transferência de responsabilidades sobre a demarcação de Terras Indígenas (TI) do Poder Executivo para o Legislativo, e desrespeita a Constituição de 1988. A transferência dos poderes de decisão sobre as TIs pode deixar a permanência de sociedades em suas terras em situação de vulnerabilidade, especialmente porque estará sujeita às maiorias políticas de ocasião. Sabemos que, hoje, esta maioria representa interesses pessoais e financeiros e atua para que não seja demarcada nenhuma TI, reiterado por parlamentares que compõe a Comissão Especial da PEC 215/00.

⁴ Termo de tratamento usado frequentemente por indígenas.

⁵ O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou, ainda mais simplesmente, o poder é dos homens. DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. *et al* (org.). Dicionário Crítico do *Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178.

Consideramos, nesta análise, a comunicação como lugar não apenas de percepção dos processos de sociação, como parte fundamental dos contatos e interações sociais de reciprocidade entre os indivíduos, como organização e participação na política comunitária, formação de lideranças políticas, ativismo nas redes sociais, mas, antes de tudo, como um ambiente paradoxal que envolve relações de diálogo e conflito no encaminhamento das questões sociais e políticas, o que nos leva a possibilidades outras de interpretação, considerando o ambiente midiático de grande publicização em que a midiaticização da política atinge um alto grau de importância, tanto no sentido da formulação do discurso como na sua prática, influenciando as estratégias de informação e as perspectivas de decisão, uma vez que a visibilidade determina, em larga escala, os resultados nos processos eleitorais, considerando tanto a imagem política formada quanto os atores políticos, especialmente, o eleitor na forma de engajamento e lógica de decisão.

Fazer, portanto, a análise de comunicação, neste caso, usando o *Twitter* da Sônia Guajajara no período eleitoral, nos permitiu entender a visibilidade política no fluxo de suas mensagens a partir da relação entre candidatos e apoiadores, como um processo de compartilhamento e participação, próprio das redes sociais, lugar em que se processa parte das relações dialógicas e conflitantes nas formas de sociação na contemporaneidade. Nesse sentido, é preciso considerar a comunicação como uma prática e a experiência de viver esta prática, por um lado, e a interação com o outro, questão fundamental da reflexividade (FRANÇA 2016, p. 159-161), ampliadas pelas tensões e resistências próprias da política.

1. Participação política feminina: breve histórico

Os estereótipos de gênero constituintes das sociedades ocidentalizadas, especialmente na América Latina, impõem, desde o início das colonizações do continente americano, qual o lugar social de mulheres e homens. Nesse sentido, enquanto ao homem compete a qualidade de ocupar os espaços públicos (cargos executivos, exercício do direito à tomada de decisões, lideranças, etc.), às mulheres caberia o dever de preencher o espaço privado (familiar). É preciso evidenciar que neste contexto se inserem as formas de resistência, que se mobilizaram na quebra de estereótipos, especialmente aquelas que dizem respeito aos direitos civis, o feminismo, o direito das minorias e dos movimentos sociais contemporâneos nas lutas pela emancipação. Para Adriana Medina Espino (2010):

La oposición entre las cualidades consideradas “propias” de los hombres y de las mujeres conformaría la separación simbólica del espacio público como un ámbito muy valorado (el espacio de la cultura), exclusivamente masculino, ocupado en su totalidad por los hombres; mientras que el espacio privado sería el ámbito inherente a lo femenino, el lugar “natural” de las mujeres, que se distinguiría por su subordinación real y simbólica frente a lo público-masculino. (ESPINO, 2010, p.16).

Essa desigualdade histórica de gênero vem tendo suas bases questionadas ao longo, sobretudo, dos dois últimos séculos, por meio da luta de mulheres que reivindicam para si o direito à participação em tomadas de decisão no âmbito do espaço público. No final do século XIX e início do XX, a exemplo, o movimento social de nível internacional, o “sufragismo”⁶, “que constituyó la

⁶ Movimento social, político e econômico de reforma, em que as mulheres reivindicavam o direito de decidir em assembleias políticas (o direito ao voto).

repuesta de las mujeres al monopolio masculino del espacio público” (ESPINO, 2010, p. 17), ocorrido inicialmente no Reino Unido, levantou muitos debates que envolveram questões de raça, gênero e classe, proporcionando, ainda, ampla discussão em torno da igualdade política entre homens e mulheres, a partir da luta pelo direito ao voto feminino – só efetivamente conquistado no final do século XIX, na Nova Zelândia, e, posteriormente, em outras localidades mundiais. De lá para cá, a luta travada pelas mulheres contra o monopólio masculino no direito à participação política aumentou gradativamente, como, por exemplo, o direito à licença maternidade, a criminalização do assédio sexual nas relações de trabalho, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, no Brasil.

Na década de 1998, no Brasil, foi sancionada a lei⁷ de cotas feminina, a partir da qual os partidos deveriam ter pelo menos 30% das candidaturas destinadas às mulheres. Há, entretanto, de se salientar que a representação partidária⁸ feminina ainda tem um longo caminho a percorrer, em função dos mecanismos que os partidos utilizam para burlar a legislação de cotas e o fundo financeiro eleitoral, em prol de candidatos com mais chances de eleição e reeleição, tradicionalmente homens. Araújo (2005) frisa:

Assim, ao lado de posições ideológicas, são os cálculos eleitorais que influenciam na esfera organizacional, definem as estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos eleitorais (ARAÚJO, 2005, p. 194).

Em 2018, uma pesquisa realizada pelas professoras Malu Gatto⁹, da *University College London* (Reino Unido), e Kristin Wyllie¹⁰, da *James Madison University* (EUA), divulgadas pela *BBC News*¹¹, em 2019, revela quais os partidos políticos mais lançaram como candidatas à câmara dos deputados mulheres laranjas¹². As pesquisadoras revelam que, entre os 20 anos de existência da legislação, as candidaturas de laranjas mulheres saltaram de 18%, em 1998, para quase 50%, em 2014, do total de candidaturas de mulheres.

Esse aumento exorbitante de possíveis candidaturas de “mulheres laranjas” ao longo dessas duas décadas, também pode ser interpretado pelo fato de que, em 2009, a redação da lei que exigia que a reserva de 30% das vagas fosse destinada à candidatura de mulheres passou a determinar o preenchimento desse percentual. Desse modo, nas últimas eleições legislativas (2018), os partidos analisados lançaram candidaturas de fachada para burlar a lei de cotas e desviar recursos do fundo eleitoral, seja para beneficiar o partido ou redirecionar esse recurso financeiro para financiar campanha de políticos tradicionais, no caso, em sua maioria homens.

Essa adoção de candidaturas de mulheres “laranjas” ocorre, sobretudo, como justificativa ao fato de que “o sistema eleitoral está, também, relacionado a padrões de eleição e de reeleição de candidatos” (ARAÚJO, 2010, p. 195), isto é, historicamente o homem ocupa os espaços públicos de poder e tomada de decisão, desse modo, os partidos optam por investir em candidaturas masculinas. Araújo salienta, ainda, que: “O fato de esses lugares tradicionalmente serem ocupados por

⁷Lei 9504/1997.

⁸ Ver Clara Araújo - Partidos políticos e gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.

⁹ Professora Assistente no Instituto de Política Latino-Americana da *University College London*. Pesquisa sobre representação política com foco na América Latina.

¹⁰ Professora Assistente no Departamento de Ciência Política da *James Madison University*. Pesquisa sobre política comparativa com ênfase em Política Institucional e Representação na América Latina.

¹¹ Departamento de notícias da *British Broadcasting Corporation*, BBC, responsável pela área de jornalismo e notícias da corporação pública, e pela produção de seus programas de notícias, tanto para a televisão como para a rádio e internet.

¹² Candidaturas de fachada, usadas geralmente para burlar o sistema eleitoral e o fundo de financiamento eleitoral.

homens tende a gerar padrões de eleição e perfis com potenciais eleitorais também associados aos padrões masculinos” (2010, p. 196).

A tabela abaixo mostra os partidos que mais lançaram possíveis candidaturas de fachada em 2018. A metodologia utilizada pelas professoras, para apurar e diferir quais candidatas eram pouco competitivas e quais eram possíveis candidatas laranjas, foi realizada a partir da comparação entre a competitividade de candidatos homens e mulheres ao longo dos últimos 24 anos (1994-2018). “As pesquisadoras identificaram que ao passo que a lei de cotas femininas são ampliadas, por exemplo, com sanções mais severas, os partidos passam a indicar mais mulheres como candidatas, mas apenas para constar e evitar serem punidos por não cumprirem o percentual mínimo”.

TABELA 01

Candidatas laranjas por partido político, na eleição de 2018 para a câmara dos deputados			
Partido	Candidatas mulheres	% de possíveis candidatas laranjas	Quantidade de mulher laranja para cada homem laranja do partido
PSL	132	15,9%	24,1
PT	118	11%	2,48
PP	38	10,5%	5,54
MDB	109	14,6%	1,6
PSD	60	20%	13,7
PR	49	28,5%	4,25
PSB	72	12,5%	2,77
PRB	79	22,7%	2,78
PSDB	83	15,6%	4,85
DEM	49	22,4%	2,7
PDT	83	16,8%	2,67
SD	42	16,6%	1,72
PODE	59	35,5%	4,63
PTB	43	34,8%	3,79
PSOL	166	27,1%	1,18
PC do B	45	31,1%	3,8
PSC	56	37,5%	5,58
PROS	75	40%	1,99
PPS	38	15,7%	2,34
NOVO	77	2%	2,6

Fonte: *BBC News*.

Os dados da pesquisa em questão apontam para uma relação de poder entranhada, simbolicamente, na sociedade que valoriza as relações entre homens e exclui as mulheres de espaços políticos. Atitudes que se inter cruzam com alguns aspectos do movimento sufragista, já citado, quando somente os homens tinham direito ao voto. No entanto, a luta das mulheres por igualdade de direitos conquistou espaços relevantes, que resultou no fortalecimento das discussões e ações, até chegarmos, em 2010, à eleição da primeira mulher presidenta do país, Dilma Vana Rousseff, eleita com mais de 56% dos votos válidos e que contrariou o cenário político brasileiro, que, historicamente, excluiu as mulheres das posições de chefes de estado.

Após a visualização e análise dos dados apontados na tabela 01, acima, faremos um deslocamento para comparar, compreender e analisar a participação de Sônia Guajajara nas eleições à presidência da república brasileira em 2018.

2. Sônia e o cenário eleitoral de 2018

Quando Sônia Guajajara foi cotada como candidata à vice-presidência do Brasil, em março de 2018, tanto a política nacional quanto a sociedade se encontravam em uma crise moral e ética, provocadas por escândalos de corrupção disseminados pela grande imprensa. De um lado, havia um candidato à presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, que tinha como discurso uma das falas mais emblemáticas contra os povos indígenas, a saber, “Se eu chegar lá [presidência da República] não terá um centímetro quadrado demarcado como terra indígena”¹³, afirmou ao desembarcar no aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, Mato Grosso, no dia 30 de março de 2017, e voltou a afirmar em outros momentos, como em novembro de 2018, em entrevista ao Programa Brasil Urgente, da Rede Bandeirantes¹⁴, além de discursar a favor da retirada de direitos das mulheres como evidenciado em sua entrevista ao Jornal ZeroHora, no dia 10 de dezembro de 2014, quando disse que a mulher, por engravidar, deve ganhar menos que o homem¹⁵, reafirmada em várias ocasiões posteriores, como em 2016, em entrevista à apresentadora Luciana Gimenez, na RedeTV¹⁶. Do outro lado, haviam aqueles que se identificavam com o discurso misógino e racista do candidato, sendo estes correspondentes a 1/3 do eleitorado nacional, a exemplo, o ocorrido no dia 30 de setembro de 2018, em que dois candidatos, ao cargo de deputado estadual, Rodrigo Amorim (PSL/RJ), e o deputado federal Daniel Silveira (PSL/RJ), quebraram uma placa em memória da vereadora do Rio, Marielle Franco, militante e ativista feminista negra e LGBTI e das minorias, assassinada, juntamente com o seu motorista, Anderson Gomes, em razão de sua atuação política. Conforme a denúncia apresentada pelo Ministério Público, MPRJ, à Justiça do Rio, TJRJ, o crime foi classificado como um “golpe ao Estado Democrático de Direito”¹⁷.

Além do cenário hostil que se encontrava a corrida presidencial – a disseminação de *fake news* e discursos de ódio nas redes sociais, a violência por motivações políticas como o assassinato do compositor e mestre de capoeira, Rômulo Rosário da Costa, Moa do Katendê –, Sônia Guajajara teve que enfrentar o fato de que nunca, na História do Brasil, uma mulher indígena havia chegado à candidatura de um cargo tão alto. No entanto, sua experiência como militante do movimento indígena, que luta por garantias de direitos ao território, à saúde, à educação e à cultura, manteve-a firme contra posicionamentos, muitas vezes, preconceituosos dos partidos adversários.

Sua candidatura foi de encontro ao padrão político, caracterizado por uma cultura hegemônica, na qual políticos eleitos para o exercício de mandato, tanto no poder executivo quanto no legislativo, são majoritariamente compostos por homens, e quando mulheres, brancas. Espino (2010) salienta:

¹³ Informação disponível em: <https://www.rdnews.com.br/executivo/para-bolsonaro-demarcacao-sufoca-economia-e-indio-quer-luz-e-internet/82989>

¹⁴ Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>

¹⁵ Informação disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravidada.html>

¹⁶ Informação disponível em: <https://www.redeTV.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/bolsonaro-diz-que-nao-pagaria-a-mulheres-o-mesmo-salario-dos-homens>

¹⁷ Informação disponível em: <https://www.bbc.news.com/portuguese/brasil-47539123>

Aun cuando el derecho al sufragio ha habilitado a las mujeres a participar en la política, no ha logrado superar las desventajas derivadas de su condición y posición de género, a las cuales se suman otras como la etnia, la edad, el grupo social de pertenencia, etcétera (ESPINO, 2010, p. 19).

O **Gráfico 1**, a fim de elucidar a problemática da debilidade da representação feminina no que diz respeito às desigualdades étnica e racial, traz a composição da Câmara dos Deputados para os próximos quatro (4) anos de mandato por gênero e raça/cor dos parlamentares.

GRÁFICO 1



Fonte: Gênero e Número (2018).

As cadeiras da Câmara dos Deputados (2019-2022) serão ocupadas pelo percentual de 85% (436 parlamentares) de homens, sendo 302 autodeclarados brancos, 132 negros e 2 amarelos. As mulheres ocuparão 15% (77 parlamentares) das cadeiras, sendo elas 63 autodeclaradas brancas, 13 negras e uma indígena, como mostrado no gráfico.

3. Mulher indígena e o debate interseccional

Desenvolvido pela teórica feminista estadunidense, Kimberlé Crenshaw (1998), o termo interseccionalidade caracteriza os marcadores sociais a que determinados grupos de mulheres estão sujeitas dentro das estruturas do patriarcado, tais como classe, raça e cor (Crenshaw, 2002). Estas categorias de vulnerabilidades e discriminações, invisibilizadas pelo feminismo eurocêntrico, afetam direta e/ou simbolicamente certos grupos de mulheres, tais como negras, indígenas, LGBTIs.

Em 1851, na convenção de direitos das mulheres em Akron, Ohio, Sojourner Truth¹⁸ fez o famoso discurso “Não sou eu uma mulher?”. Sojourner levanta o debate, por exemplo, sobre como a ideia de delicadeza e fragilidade é inerente às mulheres brancas, uma construção que não se aproxima das mulheres negras ou indígenas quando se leva em consideração o sistema de escravidão pelo qual elas passaram e as vulnerabilidades, como a exploração sexual, que esse sistema desenvolveu. Sobre isso, Angela Davis escreve:

¹⁸ Sojourner Truth (1797-1883) foi uma abolicionista afro-americana e ativista política pelos direitos das mulheres.

Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão “masculino” quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão. Algumas, sem dúvida, ficaram abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido e, nesse processo, adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XX (DAVIS, 2016, p. 24).

Essas discussões indicam dimensões para se pensar a forma como as mulheres das várias etnias indígenas brasileiras vivenciam as discriminações concernentes às suas identidades sociais, muitas vezes associadas a estereótipos como mulheres selvagens, exóticas e sujas, desprovidas de educação e que falam errado. Partindo desse debate, as mulheres indígenas estão expostas a um sistema múltiplo de subordinação. Estereótipos de raça, origem e classe fazem parte do cotidiano dos povos originários do Brasil. Sobre isso, Crenshaw (2002) afirma:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Para elucidar a problemática das vulnerabilidades que afetam a vida cotidiana das mulheres indígenas, quando estas se encontram no cenário da sociedade nacional em especial, podemos observar como a questão dos múltiplos sistemas de opressão contra essas mulheres afetam sua inserção na lógica dessa sociedade. Quando Sônia Guajajara deixou sua comunidade para estudar em Minas Gerais, por exemplo, para além da discriminação de gênero enfrentada por ela seja na própria aldeia como na zona urbana, ela teve que enfrentar os estereótipos que pesam sobre o seu povo, no caso, “indígena tem que viver nas aldeias, caçando e pescando para sua própria subsistência”. Em entrevista (2006) para o *blog* do Instituto Socioambiental, ISA, Sônia Guajajara responde algumas questões que podem ser esclarecedoras sobre seu cotidiano como mulher e como ativista:

ISA - Para começar, quais são, na sua opinião, os principais desafios enfrentados pelas mulheres indígenas hoje?

Sônia Guajajara (SG): Primeiro, o principal de todos, é a garantia do território. Existe uma pressão do próprio Congresso Nacional em relação às ameaças legislativas que estão a todo instante tentando retroceder direitos constitucionais. Tem a questão dos grandes empreendimentos e seus impactos que aumentam a cada dia, além da flexibilização da legislação facilitando cada vez mais [a consolidação desses empreendimentos], a exemplo do próprio Licenciamento Ambiental. E eu acho que o outro desafio que talvez não apareça tanto, mas pra gente é importante, é a tentativa de ocupar espaços públicos do Parlamento, precisamos enfrentar isso e tentar avançar. São dificuldades muito grandes que a gente precisa superar.

ISA - Pode dar exemplos de diferentes realidades e problemas – saúde, educação, participação nas organizações indígenas, machismo?

SG: É um desafio diário, inclusive para a gente ocupar estes espaços de discussão. Como tem esta questão mesmo da cultura, do machismo. Embora tenham muitas lideranças ativas e empoderadas, ainda somos um número muito pequeno de mulheres que consegue ir além do espaço da aldeia. E a gente precisa cada vez mais tentar chegar mais junto e ocupar e fazer com que a voz da mulher seja escutada, não só dentro da nossa própria terra como fora também. As mulheres precisam se empoderar muito para se libertar disso.

ISA- E qual é o seu principal desafio, estando à frente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que comanda as mobilizações de mulheres e homens indígenas em todo o Brasil?

SG: Acho que é continuar mantendo essa confiança e credibilidade junto aos povos indígenas. É muito difícil conseguir alcançar esta credibilidade sendo mulher. Hoje, embora possa haver críticas e divergências eu sinto muita confiança, força e motivação. Muita gente me diz: "Isso mesmo Soninha, estamos juntos, pode contar com a gente". (GUAJAJARA, 2016).

No contexto do pensamento de Celentani (2014), encontramos pontos convergentes no que diz respeito à discriminação, racismo e sexismo no cotidiano de muitas mulheres indígenas:

(...) Los modos de vivir de los pueblos indígenas no sólo desafían el tabú epistémico de la cultura hegemónica, sino que la confrontan con sus propias ideas y categorías filosóficas y políticas: igualdad, libertad, autonomía, democracia – y los muchos más peligrosos conceptos de desarrollo y progreso – se estrellan contra una resistencia cultural secular. La violencia con que se les reprime es propia de la frustración, pero no por ello es menos violenta y opresiva contra las concretas mujeres que son violentadas en instituciones y espacios públicos y privados por quien se autodefine como parte y portavoz de la cultura dominante (CELENTANI, 2014, p. 221).

Como pondera Celentani (2014), a análise abaixo busca evidenciar como os discursos racistas e de discriminações de gênero específicas contra as mulheres indígenas esteve presente no período de campanha eleitoral de Sônia Guajajara, em 2018.

4. Análise dos comentários no *Twitter*

Para esta análise da comunicação, dividimos os comentários em duas categorias: gênero masculino e gênero feminino. Levamos em consideração a foto do perfil e/ou o nome de usuário para classificar se o/a comentador/a era homem ou mulher. Por exemplo, classificamos como sendo do gênero feminino a seguinte usuária: “@comentadora”, e como do gênero masculino o usuário “@comentador”. Os comentários foram extraídos do próprio *Twitter* de Sônia Guajajara. Dentro desta categoria, nós subdividimos os comentários como sendo *Racistas/Classe/Estereótipos, Discriminação de Gênero e Outros Comentários* – os quais destes não se enquadravam em nenhuma das outras subdivisões –, de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 02.

	Comentários Racistas/ Classe/Estereótipos	Comentários Discriminação de Gênero	Outros Comentários	Total de Comentadores
Comentários de Mulheres	4	0	8	12
Comentários de Homens	23	3	12	38
Total	27	3	20	50

Fonte: dados da pesquisa

Observamos a predominância de comentários de cunho racista ou de estereótipos de raça, sobretudo, por comentadores identificados como sendo do sexo masculino. Sônia Guajajara foi vítima de discriminação de gênero nas eleições, mas, principalmente, foi vítima de racismo. Como evidenciado nos comentários a seguir:

“Pro Bolsonaro exigiram que soubesse tudo de economia e para o Boulos e a vice (não esqueçam, povo, se acontecer algo, a vice assume) entende de quê, de mato? Cala-te boca!”. (@comentadora, 3 de março de 2018).

O comentário a respeito do lançamento de Sônia Guajajara como pré-candidata à vice-presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Portal de notícia G1, tuitado por ela em 3 de março de 2018, evidencia alguns indicadores de discriminação de raça e classe sofridos por Sônia, mas que evidenciam, também, um olhar histórico e depreciativo sobre povos indígenas no Brasil, porque questionam e põe em dúvida os conhecimentos de Sônia Guajajara, apenas por ser uma indígena. O comentário evidencia a misoginia, uma vez que a cobrança sobre sua capacidade recai sobre a mulher, enquanto que os candidatos Guilherme Boulos ou mesmo o Jair Bolsonaro não sofrem maiores pressões do internauta. Apesar da ativista ter duas formações em nível superior e um histórico extenso de luta e participação na política nacional, o fato de ser indígena a coloca num lugar de subalternidade por parte daqueles que se dizem detentores do poder e do saber, desconsideram o conhecimento milenar incorporado na então candidata. O usuário do *Twitter* atualiza um discurso evolucionista e civilizatório ao tratar a cultura e os saberes ocidentais como superiores. Logo em seguida, a expressão “Cala-te Boca” corrobora com a realidade a que os povos indígenas estão imersos, no caso, ao processo danoso de silenciamento e à falta de políticas afirmativas que valorizem e reconheçam as questões culturais e as singularidades de cada povo. Para Celentani (2014), “o racismo, produto do colonialismo, este detentor do poder e do saber, se caracteriza como uma expressão inerente a uma cultura dominante quando esta exige o reconhecimento de sua hegemonia”.

“Índio não ter terra, mas índio ter internet de homem branco kkkkkk” (@comentador, 1 de outubro de 2018). O comentário acima foi extraído de um “tuite” de Sônia em sua página no *Twitter* (@GuajajaraSonia).

No comentário em questão, o personagem identificado como “@comentador” ironiza o uso da tecnologia por Sônia. A ideia de que o indígena não pode utilizar o aparato tecnológico desenvolvido pela cultura dominante, com a justificativa de que se perde a identidade, é predominante da cultura hegemônica, esta que se diz porta-voz do poder e do saber. Há de se pensar, por outro lado, que em toda e qualquer sociedade a cultura não é estagnada. Ela agrega novos conhecimentos e práticas, e Sônia utilizar uma determinada inovação tecnológica ou viver em uma sociedade urbana não muda o fato de ela ser indígena, pois continuará a sofrer discriminação de raça, devido à sua identificação cultural e aos seus fenótipos.

O comentário deixa ver algumas das contradições vivenciadas pelos povos indígenas, desde a invasão portuguesa e a apropriação de suas terras, que perpassa pelo domínio de tesouros, como ouro e outros produtos preciosos em troca de facões e espelhos. Passa pelo esquecimento de línguas e de rituais. O contato do indígena com o “homem branco” trouxe uma noção de hegemonia da cultura europeia “civilizada” em relação a outras culturas. Trouxe doenças para os indígenas, uma das causas de mortes e busca de médicos na cidade. O contato trouxe a necessidade dos indígenas aprenderem a língua e as leis “do branco” para defenderem seus direitos. Usar um tênis, um aparelho de celular, a internet, cursar uma universidade são ações políticas, que em nada vão interferir no ser indígena, mas são instrumentos de defesa e de luta por seus direitos e garantias para o futuro.

A palavra índio, que aparece duas vezes em um comentário construído por doze palavras, reflete uma espécie de padrão que uniformiza as sociedades indígenas, fortemente entranhado em nossa sociedade, vinculada à ideia de que o índio, para ser índio, tem que estar na floresta caçando. Índio é uma fabricação do “branco”. Para os povos indígenas, existem, entre outros, os Tenetehara, Kayapó, Terena, Suruí e os Guajajara. A escrita do internauta também desconsidera a língua de cada povo indígena e evidencia uma das imagens mais fortes e negativas construídas sobre o ser indígena, ‘sua fala errada da língua portuguesa’, como já destacamos anteriormente.

CONSIDERAÇÕES

A participação de mulheres indígenas e sua representação política partidária ainda tem um longo caminho a trilhar. O desafio está em superar o monopólio masculino dos poderes públicos e as discriminações e estereótipos de raça, entre outros.

As discriminações de gênero e vulnerabilidades de raça a que estas mulheres estão sujeitas foram muito bem evidenciadas quando analisamos alguns comentários no *Twitter*. A discussão gerada nessa plataforma digital contemporânea nos proporcionou analisar e categorizar os múltiplos fluxos discriminatórios que vitimam as mulheres indígenas quando estas estão no palco dos debates, sobretudo no que tange o cenário nacional. Avaliamos que as discriminações de gênero sofridas por Sônia Guajajara são específicas das mulheres indígenas, no sentido de serem consideradas, a partir de um olhar colonizado e atravessado por ideais evolucionistas ultrapassados, que elas são pessoas exóticas, selvagens e, por isso, devem estar no meio da floresta, não na cidade, em meio ao mundo “civilizado”.

Se considerarmos os ambientes midiáticos como lugares efetivos do discurso de poder, no seu alto nível de mediação, vamos observar que o processo de participação política e o compartilhamento leva à escolha de perfis discriminatórios, à evidência de conflitos, a formas estereotípicas de raça e gênero, revelando, de maneira exacerbada, os modelos conservadores e totalitários.

Em certo sentido, a política se volta contra o seu próprio discurso de liberdade, permitindo a entrada compartilhada das formas mais primárias da contra-política, que se baseia, principalmente, no conflito. Por esta lógica, podemos observar que a análise do *Twitter* nos levou a outras redes sociais, que, via de regra, reproduzem este modelo produzido pela mídiatização, oferecendo, em paralelo, um processo de engajamento político que influencia diretamente os resultados dos processos eleitorais, como o foi o caso das eleições de 2018 no Brasil.

Observamos neste trabalho que, apesar do extenso espaço temporal que nos separa da colonização europeia, dos processos históricos e políticos que atravessamos, assim como as revoluções tecnológica e industrial, algumas ideias equivocadas e colonizadas continuam presentes em nossa sociedade. E alguns discursos sobre sociedades indígenas, por exemplo, continuam a se propagar independente do suporte midiático utilizado, seja por meio dos livros didáticos, nas páginas dos jornais impressos, seja por meio da televisão, ou por meio de plataformas digitais, como o *Twitter*.

Outro ponto relevante observado no comentário em relação à escrita, é a forma sequencial da letra “K”, uma característica da linguagem utilizada no universo virtual das redes sociais na contemporaneidade e que está atrelada a uma ideia de ironia, algo engraçado, muitas vezes, de ordem depreciativa. Neste sentido, podemos deduzir que o internauta se referiu de modo irônico ao fato de Sônia Guajajara se candidatar à vice-presidência da República, visto que é uma indígena e “índio só sabe sobre mato”.

Acreditamos que a temática do gênero, raça e classe foram evidenciadas, a partir do nosso *corpus*, durante as eleições presidenciais de 2018, especialmente, no sentido de pensar a mulher indígena como um ser “sem” conhecimento relevante, exótico e que fala errado. Uma pessoa que deve morar na floresta e não deve usar elementos tecnológicos, porque são de uso “do homem branco”. No entanto, o discurso e o trabalho da militante estão ligados à busca pelo respeito e reconhecimento dos povos indígenas brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. *Partidos políticos e gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, n° 24, p. 193-215, jun. 2005
- CELENTANI, F. G. *Feminismo desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ciudad del Mexico: Editorial Corte y Confección, 2014.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista de Estudos Feministas*. Los Angeles: Ano 10. 2002. P. 171-188.
- DAVIS, A. Y. *Mulheres, raça e classe*. 1. Ed. São Paulo: Boi Tempo, 2016.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173–178.
- ESPINO, M. A. *La participación política de las mujeres: De las cuotas de género a la paridad*. México: Cámara de Diputados, LXI Legislatura: Centro de Estudios para el Adelanto de las Mujeres y la Equidad de Género, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO, FUNAI. Nota da Funai sobre a PEC 215/00. 28 de Out, 2005. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3494-nota-da-funai-sobre-a-pec-215-00>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

GUAJAJARA, S. A gente enfrenta o preconceito duas vezes, por ser indígena e por ser mulher. Programa: Povos Indígenas no Brasil. *Instituto Socioambiental, ISA*. 20 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/sonia-guajajara-a-gente-enfrenta-o-preconceito-duas-vezes-por-ser-indigena-e-por-ser-mulher>>. Acesso em 23 de junho de 2019.

MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (ORGs.) *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, PSOL. Conheça Sônia Guajajara, primeira indígena em uma pré-candidatura presidencial. 14 de março de 2018. Disponível em: <<http://psol50.org.br/conheca-sonia-guajajara-primeira-indigena-em-uma-pre-candidatura-presidencial/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2018.

PASSARINHO, N. *Candidatas laranjas: pesquisa inédita mostra quais partidos usaram mais mulheres para burlar cotas em 2018*. BBC News Brasil em Londres. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>>. Acesso em: 21 de abril de 2019.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.